



OBSERVATÓRIO BR-319

<<< INFORMATIVO N° 51 | JANEIRO 2024 >>>



www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário do Documento.

Como navegar?

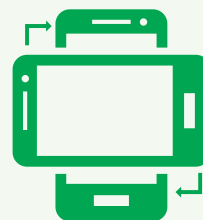
Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são hyperlinks que te levarão para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações e agendamentos.



Botão que indica visualização de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos ou documentos

Indica a numeração e a navegação pelas página

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Projeto de lei que muda regras do licenciamento ambiental da BR-319 aguarda apreciação do Senado Federal

9 Interior em Foco

- A concretização de um sonho por meio da união: como nasceu a primeira associação de mulheres indígenas de Tapauá

10 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento

15 Diálogos da BR-319

- GT BR-319 realiza reunião em Rondônia

17 Ciência

- Inédita no Brasil, ferramenta SMART pode agilizar monitoramento da biodiversidade e impactos ambientais em áreas protegidas do Amazonas

19 Minuto BR



Editorial

Desde 2017, o Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

Bem-vindas e bem-vindos a mais um ano de atuação do Observatório BR-319! Esperamos que esta mensagem encontre a todas e todos bem, e que as festa de fim de ano tenham sido momentos de confraternização e carinho genuíno entre pessoas queridas.

O ano de 2024 promete grandes expectativas, como o desenrolar do GT BR-319 do Ministério dos Transportes e como o seu relatório deve incidir no processo de licenciamento da rodovia. Também estamos observando com atenção a questão indígena, que desperta preocupação devido ao marco temporal. Por fim, esperamos um ano de queda nos dados de desmatamento e focos de calor na área de influência da rodovia. Durante este ano, a nossa rede pretende fortalecer organizações sociais e cadeias da sociobiodiversidade em territórios da rodovia.

Esta primeira edição de 2024 traz na seção Destaque do Mês uma matéria a respeito do Projeto de Lei nº 4.994/2023, mais uma proposta que pretende mudar as regras de licenciamento para obras na BR-319. O texto apresenta posicionamentos e informações sobre o PL.

Na seção Interior em Foco, falamos sobre Tapauá, que em 2023 teve sua primeira associação de mulheres indígenas criada. A iniciativa concretizou um sonho que vem sendo acalentado por mulheres de diversos povos do médio Purus há anos. Agora

elas conseguiram e estão progredindo a passos largos. Leia a matéria e o texto completo no site do Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam) para saber todos os detalhes dessa história.

O sistema SMART é o protagonista da seção Ciência, que traz informações sobre a implantação do uso deste *software* no Amazonas, o diferencial é o uso dele em Áreas Protegidas na região onde deve ser criado, em breve, o Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Madeira, na BR-319. À frente da iniciativa estão organizações membro do Observatório BR-319, a WCS Brasil e o WWF – Brasil, e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas (Sema-AM).

Para se atualizar sobre as últimas ações do GT BR-319 leia a seção Diálogos da BR-319, com informações sobre a reunião realizada em Rondônia e a previsão da próxima, que deve acontecer em outra capital do Norte. Por fim, temos os dados de monitoramento de desmatamento e focos de calor e as notas do Minuto BR, com atualizações a respeito das pontes sobre os rios Curuçá e Autaz-Mirim.

Boa leitura!

Fernanda Meirelles e Izabel Santos

Secretaria Executiva do Observatório BR-319



Destaque do Mês

Ponte sobre o Iq. Pernambuco
Extensão: 23,60 m



Projeto de lei que muda regras do licenciamento ambiental da BR-319 aguarda apreciação do Senado Federal

No dia 19 de dezembro de 2023, a Câmara dos Deputados votou em regime de urgência o Projeto de Lei nº 4.994/2023, que “reconhece a rodovia BR-319 como infraestrutura crítica, indispensável à segurança nacional e estabelece a garantia de sua trafegabilidade nas condições que especifica”.

A propositura, inicialmente, de autoria do deputado Maurício Carvalho (UB/RO) recebeu apoio dos demais deputados de Rondônia e do Amazonas. O PL divide opiniões, pois à medida que supostamente pode acelerar as obras de reconstrução da rodovia, também aumenta a possibilidade de impactos socioambientais em territórios locais por suprimir etapas do licenciamento am-



Foto: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

biental. Além disso, o PL possibilita o uso de recursos do Fundo Amazônia para a viabilização das obras.

A aprovação do PL 4994/2023 foi comemorada por parlamentares do Amazonas. “Foi uma vitória importante para o Amazonas. A BR-319 é nossa única alternativa de ligação rodoviária do Amazonas ao país. E os problemas econômicos do nosso isolamento logístico são conhecidos. Temos um custo Amazonas mais elevado que o custo Brasil, o que onera a nossa atividade produtiva e o nosso crescimento econômico”, declarou o deputado federal Saullo Vianna (UB/AM). “BR-319 já! Aprovamos, com minha relatoria, o projeto de lei nº 4994/23 do Deputado Maurício Carvalho, que desburocratiza o processo de asfaltamento da rodovia e vai levar dignidade ao povo do norte”, escreveu o relator do PL, deputado Alberto Neto (PL/AM), na rede social X, antigo Twitter.

Na mesma rede social, o Observatório do Clima alertou sobre as possíveis consequências da aprovação do projeto. “A aprovação do PL poderia resultar em instabilidade jurídica e financeira para o empreendimento, potencialmente criando mais desafios do que soluções para aqueles preocupados com os impactos socioambientais da rodovia e para os que buscam acelerar sua implementação. O licenciamento ambiental é um componente essencial da Política Nacional de Meio Ambiente, protegido pela Constituição. Sem ele, a BR vai ficar ainda mais exposta a problemas como o ‘efeito espinha de peixe’ com estradas secundárias, grilagem e desmatamento ilegal”.

O Observatório BR-319 e o GT Infraestrutura e Justiça Socioambiental se manifestaram por meio de nota conjunta pedindo a revi-



Foto: Arquivo / Idéxam

são do PL 4994. “Entendemos a importância da BR-319 como uma via de integração regional, mas, após uma análise detalhada do referido Projeto de Lei, identificamos preocupações significativas que merecem consideração, especialmente à luz da nossa missão de promover a transparência, a proteção aos direitos constituídos e a sustentabilidade no desenvolvimento da região”, diz a nota, que também destaca a necessidade de fortalecimento da governança territorial da região, englobada pelo interflúvio dos rios Purus e Madeira, especialmente ações efetivas de fiscalização, comando e controle, ampliação e consolidação de ações de manejo e proteção das Unidades de Conservação e Terras Indígenas existentes, e pela destinação responsável das terras públicas ainda não destinadas nesta região, que atualmente são alvo de criminosos pela apropriação ilegal (grilagem) destes territórios”.

O QUE DIZ O PL 4994/2023?

O texto aprovado pela Câmara Federal é o substitutivo do deputado federal do Amazonas Alberto Neto e teve 311 votos a favor e 103 votos contrários. O conteúdo da matéria propõe, entre outras coisas, a liberação e licenciamento de pequeno e médio

potencial poluidor por meio de procedimentos simplificados ou por adesão e compromisso para canteiro de obras, área de empréstimo e de deposição, usinagem de pavimento asfáltico e concreto, terraplenagem e construção de dormitórios e locais de passagem. O projeto diz, ainda, que esta liberação deve observar a adequação entre meios e fins, proporcionalidade, efeitos práticos dos licenciamentos, boa fé e sustentabilidade das ações. Também veda a construção de ligações anexas ao eixo da BR-319.

O trecho mais polêmico autoriza “a utilização de doações recebidas em espécie pela União destinadas a realização de ações não reembolsáveis de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal, apropriadas em conta específica sob custódia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), na obra pública destinada à recuperação, pavimentação e aumento de capacidade da rodovia”.

Atualmente, o Projeto de Lei nº 4.994/2023 aguarda apreciação do Senado Federal. Caso aprovado, vai a sanção do Presidente da República. **Segundo reportagem publicada na Folha**, o governo orientou sua bancada a favor do projeto, mas não há compromisso de sanção do texto. Saiba o que diz todo o conteúdo do **Projeto de Lei nº 4.994/2023**.

AUTORES DO PL 3994/2023

- Maurício Carvalho (UB/RO)
- Thiago Flores (MDB/RO)
- Sílvia Cristina (PL/RO)
- Cristiane Lopes (UB/RO)
- Coronel Chrisóstomo (PL/RO)
- Dr. Fernando Máximo (UB/RO)
- Adail Filho (Republicanos/AM)
- Sidney Leite (PSD/AM)
- Lucio Mosquini (MDB/RO)
- Fausto Santos Jr. (UB/AM)
- Saullo Vianna (UB/AM)
- Amom Mandel (Cidadania/AM)
- Lebrão (UB/RO)
- Átila Lins (PSD/AM)
- Silas Câmara (Republicanos/AM)

LEIA TAMBÉM:



- **PL que afrouxa licenciamento da BR-319 é aprovado na Câmara**
- **BR-319 entra no Orçamento, mas o “sonho” da estrada pavimentada ainda está longe**



Interior em Foco

A concretização de um sonho por meio da união: como nasceu a primeira associação de mulheres indígenas de Tapauá

Era 2019, mulheres Deni, Mamuri, Apurinã, Paumari e Katukina, de Tapauá, município do sul do Amazonas a 565 quilômetros de Manaus, se uniram para criar uma associação que fortalecesse a produção de artesanato indígena local.

As coisas pareciam encaminhadas, e estavam, pois o roteiro para a criação da associação estava sendo seguido à risca: reuniões, assembleia e estatuto, como determina a lei... mas aí veio a pandemia e o grupo se desarticulou.

Tudo começou com a Oficina para o Fortalecimento do Protagonismo da Mulher Indígena Artesã, evento realizado pela Coordenação Regional (CR) Médio Purus, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). “Naquela época, a Funai tinha uma sede em Tapauá e as artesãs contavam com um espaço decorado onde elas comercializavam o artesanato”, conta a hoje vice-presidente da Amiata, Sandra Batista do Amaral, que era responsável pelo local. “Até que chegou a pandemia e a dinâmica do grupo mudou bastante. A diretoria foi toda para as aldeias, distantes da sede muni-



Foto: Idesam / Divulgação

Integrantes da Amiata.

cipal, e não era permitido realizar encontros presenciais. As muitas faltas e o distanciamento desmobilizaram o grupo”, relata Sandra.

Já em 2022, quando o projeto Governança Socioambiental Tapauá começou, a primeira sugestão foi a inclusão da associação entre as organizações que deveriam ser fortalecidas pelo projeto. Deu certo e mais rápido que o esperado. Em 8 de agosto de 2023, a Associação das Mulheres Indígenas Artesãs de Tapauá (Amiata) foi oficialmente criada. Mas não só: em seguida a Amiata se candidatou à chamada de projetos “Fortalecendo a Autonomia e Resiliência dos Povos Indígenas – Apoio ao Enfrentamento de Incêndios Florestais e Monitoramento Territorial na Amazônia”, do Fundo Casa Socioambiental, e foi uma das 29 selecionadas.

“O artesanato é uma das formas de expressão da cultura dos povos indígenas, especialmente para os Apurinã”, explica a presidente da Amiata, Francinete Apurinã. “A criação da Amiata é a realização de um sonho para todas as mulheres indígenas do Médio Purus, pois, agora, teremos meios de reproduzir as técnicas e saberes da nossa cultura para a produção de artesanato pelas novas gerações”, comemora. “Com a Amiata, queremos fortalecer o artesanato em toda a região do Médio Purus, especialmente entre as mulheres”, planeja Francinete. A presidente da Amiata quer percorrer aldeias indígenas de Tapauá convidando mulheres a se associarem à organização. “Assim que o rio encher, vamos em busca de mais interessadas em produzir artesanato”, revela.

Texto adaptado do original publicado no [site do Idesam](#).

Monitoramentos: Focos de Calor e Desmatamento



Monitoramento de Focos de Calor

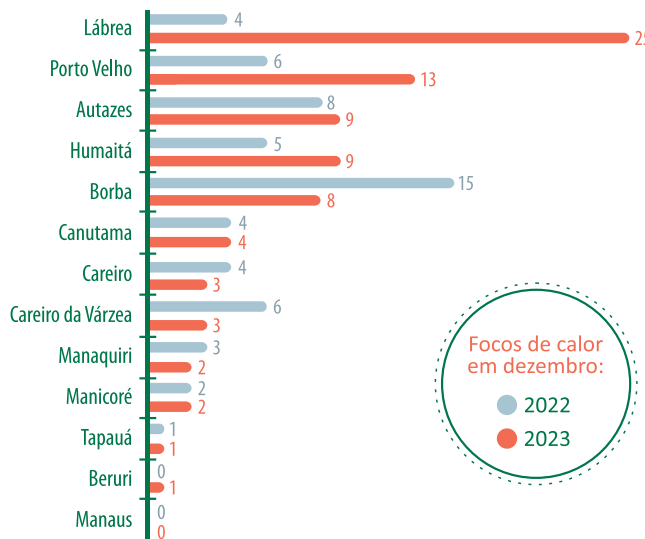
Em dezembro de 2023, houve aumento de 69% no número de focos de calor na Amazônia Legal, que foi acompanhado pelo estado de Rondônia, com aumento de 156%, e da área dos 13 municípios sob influência da BR-319, com 38%. Já no estado do Amazonas houve redução de 20% em comparação com o mesmo mês em 2022.

MUNICÍPIOS DA BR-319

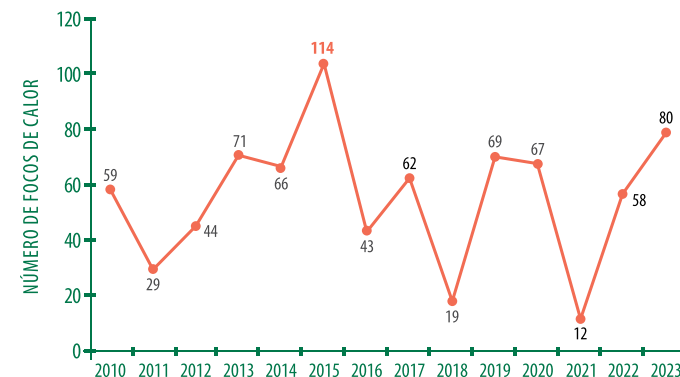
Com exceção do município de Beruri, os demais municípios sob influência da BR-319 registraram focos de calor em dezembro de 2023. Autazes, Canutama, Humaitá e Porto Velho apresentaram aumento de focos de calor. Destaque para Porto Velho, que registrou aumento de 4 em 2022 para 25 em 2023. Nos municípios de Canutama e Porto Velho os valores foram os maiores para o mês de dezembro na série histórica monitorada (2010 a 2023).



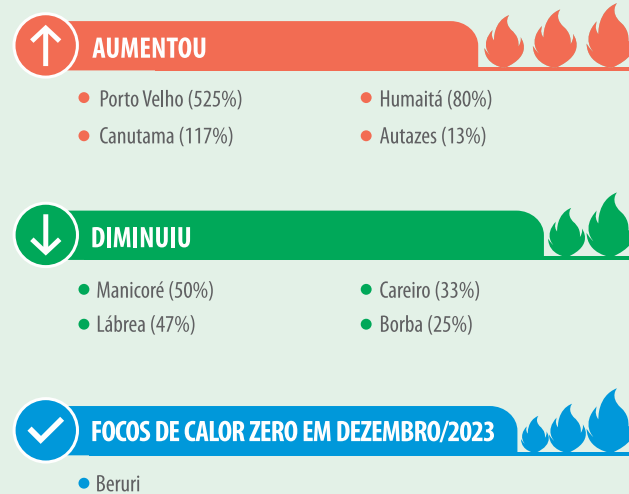
NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE DEZEMBRO (2010 A 2022)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A DEZEMBRO DE 2022





ÁREAS PROTEGIDAS

Nas Unidades de Conservação (UCs), 2 das 42 monitoradas apresentaram focos de calor no mês, um percentual de 5%. A Floresta Nacional (Flona) do Aripuanã registrou 1 foco de calor e a Reserva Extrativista (Resex) Jaci-Paraná 2 focos de calor.

Nas Terras Indígenas (TIs), 2 das 69 monitoradas apresentaram focos de calor no mês, um percentual de 3%. A TI Murutinga-Tracajá e a TI Sissaíma registraram 1 foco de calor cada.

3% DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR

5% DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR

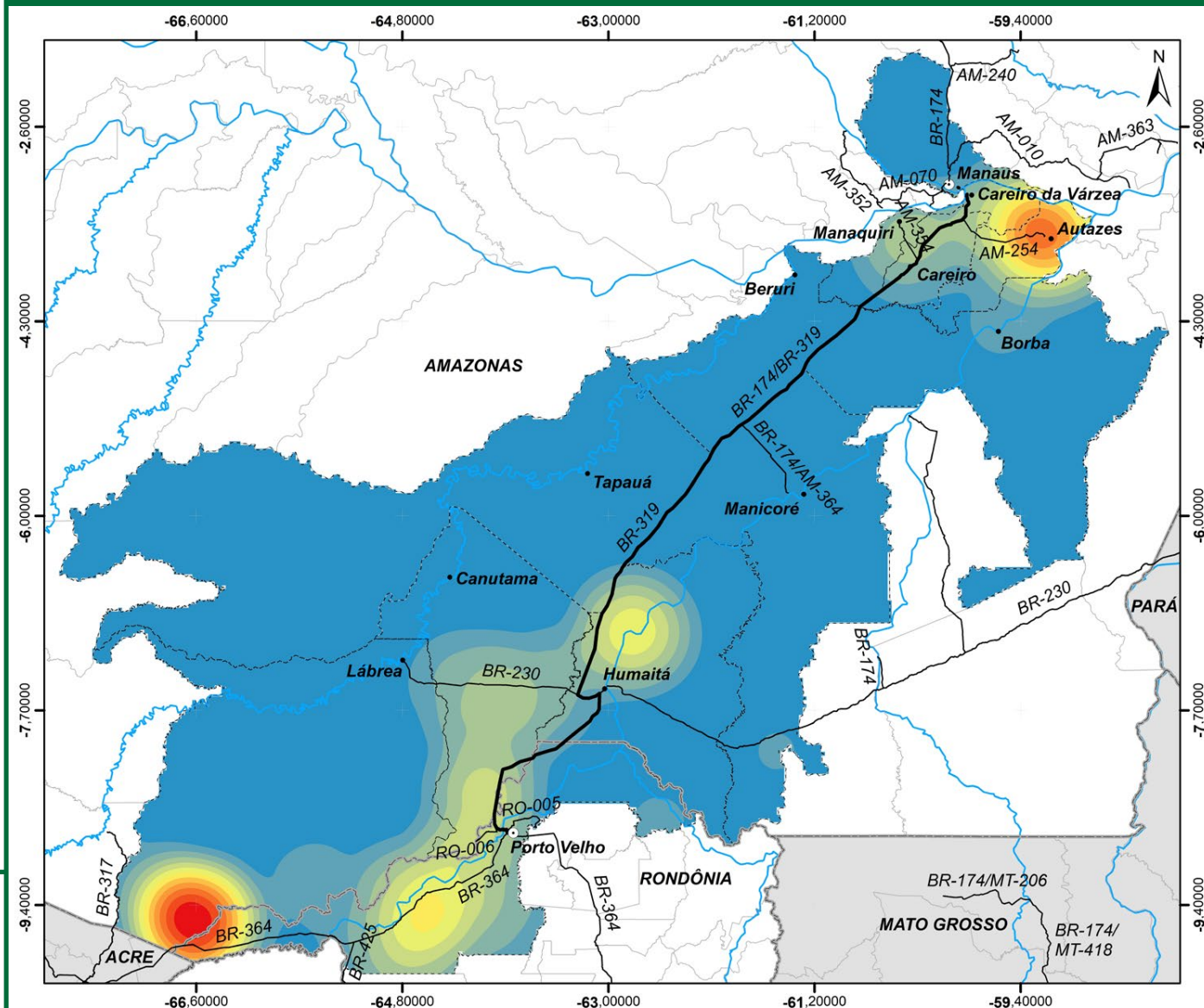
LISTA DE TIs MONITORADAS

LISTA DE UCs MONITORADAS



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.

Mapa de Densidades de Foco de Calor nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Dezembro 2023



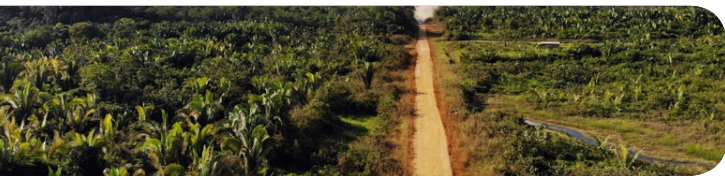


Monitoramento de Desmatamento

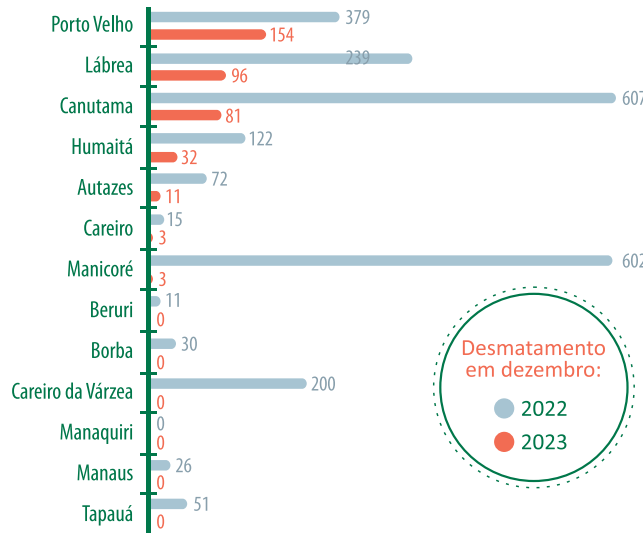
No mês de dezembro de 2023, houve redução de 63% no desmatamento na Amazônia Legal e nos estados do Amazonas, com 73%, e de Rondônia, com 81%. O mesmo aconteceu na área dos 13 municípios da área de influência da BR-319, com redução de 84% em comparação com o mesmo mês em 2022. Os valores são os menores para o mês de dezembro desde 2016.

MUNICÍPIOS DA BR-319

Houve redução no desmatamento em sete dos 13 municípios sob influência da BR-319 em dezembro de 2023. Sendo que os demais municípios de Beruri, Borba, Careiro da Várzea, Manauquiri, Manaus e Tapauá não houve registro de desmatamento no mês. Destaque para o município de Manicoré que registrou 603 hectares (ha) de desmatamento em 2022 e 3ha em 2023.



DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A DEZEMBRO DE 2022

AUMENTOU (Red arrow icon)

• Nenhum município.

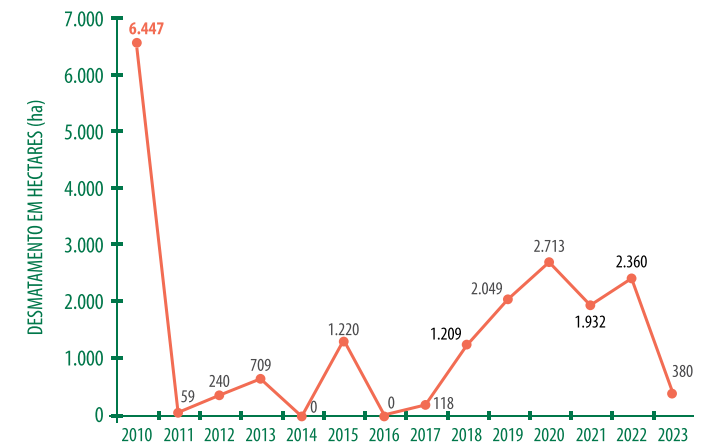
DIMINUIU (Green arrow icon)

- Manicoré (99,6%)
- Canutama (86,6%)
- Autazes (84,9%)
- Careiro (81,5%)
- Humaitá (73,6%)
- Lábrea (59,8%)
- Porto Velho (59,5%)

DESMATAMENTO ZERO EM DEZEMBRO/2023 (Checkmark icon)

- Beruri
- Borba
- Careiro da Várzea
- Manauquiri
- Manaus
- Tapauá

DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE NOVEMBRO (2010 A 2023)





ÁREAS PROTEGIDAS

Nas Unidades de Conservação (UCs), apenas a Reserva Extrativista (Resex) Jaci-Paraná registrou desmatamento no total de 13,6ha. Além disso, a UC em 10º lugar entre as 10 com a maior taxa de desmatamento na Amazônia Legal para o mês.

Nas Terras Indígenas (TIs) não foram registrados desmatamentos no mês de dezembro.

0% DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

2% DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

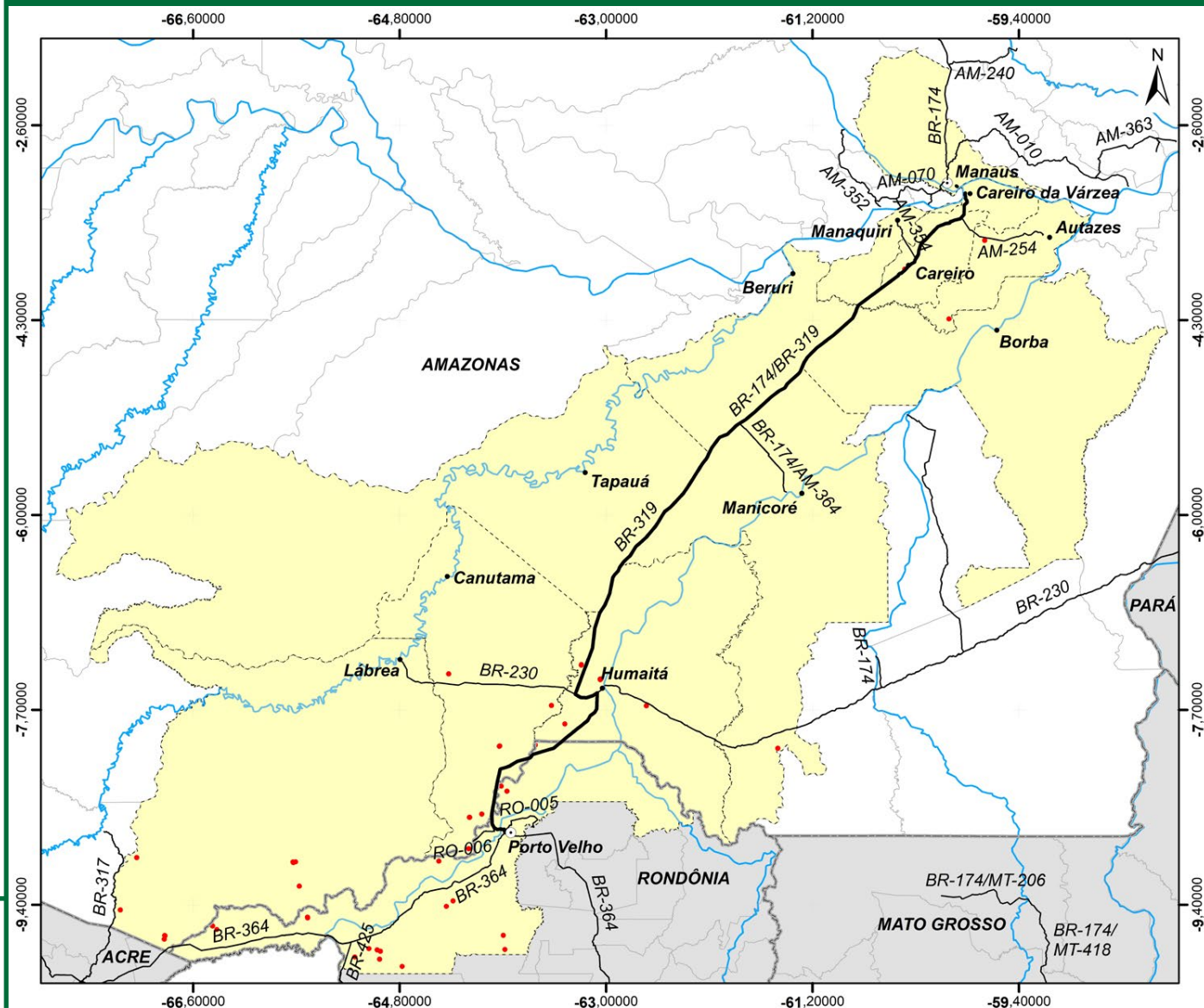
 LISTA DE TIs MONITORADAS

 LISTA DE UCs MONITORADAS



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Dezembro 2023





NESTA EDIÇÃO

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Diálogos da BR-319



GT BR-319 realiza reunião em Rondônia

O Grupo de Trabalho (GT) BR-319, do Ministério dos Transportes (MT), realizou reunião sua segunda reunião fora de Brasília (DF) no auditório da Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), em Porto Velho (RO), no dia 16 de janeiro.

A ocasião possibilitou a coleta de sugestões da sociedade organizada de Rondônia para o MT avaliar e poder elaborar um projeto que permita a pavimentação da rodovia BR-319.

“A gente precisa conseguir a licença de instalação. Para não acontecer o que aconteceu ao longo desses últimos 20 anos, a gente está abrindo o diálogo para encurtar esse prazo deste licenciamento”, disse o secretário-executivo do Ministério dos Transportes, George Santoro. De acordo com Santoro, a estratégia do ministério é elaborar um relatório que aponte os caminhos para a obtenção da licença após ouvir todos os apontamentos de órgãos de controle e sociedade organizada. Ao elaborar as condicionantes para a pavimentação, será possível montar um cronograma e tocar os projetos para implementar a rodovia.

“A nossa estratégia é desenvolver um relatório em que



Próximo encontro do GT deve acontecer em Boa Vista (RR).

a gente aponte os caminhos para resolver o licenciamento ambiental junto aos órgãos de controle e para gente entender o que é necessário para fazer o licenciamento, combinar com esses órgãos qual é o desejo do projeto a ser apresentado do licenciamento de implantação e a gente fazer exatamente dentro dessa configuração para encurtar tempo e a gente conseguir viabilizar o início das obras de recuperação da rodovia”, completou.

“O relatório vai entregar um grande mapa de responsabilidades, metas e prazos de uma maneira nunca vista no contexto desse empreendimento para dizer as soluções viáveis encontradas com essas, os custos que elas apresentam. A gente precisa conjugar esforços, trabalhar com pragmatismo e bom compromisso ético, transparente, aberto, um diálogo construtivo como tem feito o Governo Federal. Essas audiências públicas são provas irrefutáveis disso”, afirmou o subsecretário de sustentabilidade do Ministério dos Transportes, Cloves Benevides.

Além de Santoro e de Benevides, participaram da reunião a secretária nacional de Transporte Rodoviário, Viviane Esse; o diretor-presidente da Infra S.A., Jorge Bastos; e o diretor-executivo do Dnit, Carlos Barros. Estavam presentes também o vice-governador de Rondônia, Sérgio Gonçalves da Silva, e representantes de entidades como Ibama, Censipam, PRF, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia (Faperon), Federação das Indústrias do Estado de Rondônia (Fiero) e Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transporte Rodoviários de Passageiros e Cargas no Estado de Rondônia (Sintrar).

Texto adaptado do original publicado pelo Ministério dos Transportes no [site do órgão](#)



Ciência

Inédita no Brasil, ferramenta SMART pode agilizar monitoramento da biodiversidade e impactos ambientais em áreas protegidas do Amazonas

O estado do Amazonas é o primeiro estado brasileiro a adotar oficialmente a ferramenta, permitindo que os monitores comunitários contribuam para a gestão ambiental por meio de atividades em campo.

O Amazonas é o primeiro estado brasileiro a adotar oficialmente em sua base de coleta e armazenamento de dados ambientais uma ferramenta que une tecnologia, ciência e o conhecimento tradicional para fortalecer o monitoramento da biodiversidade, facilitar a gestão e aumentar a proteção de Unidades de Conservação (UCs). O *software* SMART já é utilizado em mais de 600 áreas protegidas de 55 países, e está em implementação pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (Sema), com apoio da WCS Brasil e WWF Brasil. A



Foto: Michael Dantas/WCS Brasil

iniciativa permite que monitores comunitários contribuam com a gestão ambiental por meio de atividades em campo.

Parceira da implementação do projeto, a WCS Brasil formou 24 monitores comunitários em cinco UCs no interflúvio dos rios Purus e Madeira: Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Igapó-Açu, RDS Rio Madeira, RDS Rio Amapá, RDS Matupiri e Parque

Estadual Matupiri. Estas áreas protegidas são estratégicas para a WCS por integrarem a proposta de criação do Mosaico de Áreas Protegidas no Baixo Rio Madeira. A iniciativa faz parte do projeto Conservando Juntos, em parceria com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e a WCS Brasil.

O **SMART** (do inglês *Spatial Monitoring and Reporting Tool*) é um *software* de código aberto desenvolvido por um coletivo global de agências e organizações de conservação. “A ferramenta SMART tem um poder muito grande para melhorar processos para que os gestores tomem decisões mais rápidas em diversas escalas”, avaliou o diretor da WCS Brasil, Carlos Durigan.

Após o período de treinamentos, testes e ajustes, a plataforma está passando por um processo de atualização dos modelos de dados e deve integrar-se plenamente à base de dados ambientais da Sema, que pretende ampliar o uso da plataforma das atuais 12 áreas protegidas para todas as 42 unidades de conservação estaduais. “O Projeto de implantação do sistema SMART vem como um aliado na gestão das Unidades de Conservação Estaduais. A análise automática das informações vai auxiliar o Estado, em especial, na formulação de melhores estratégias de conservação e de combate à pressão e ameaças dentro das áreas protegidas, subsidiando tanto ações de gestão, fiscalização, atividades de educação ambiental, além de políticas públicas voltadas às populações tradicionais”, ressaltou o secretário estadual de Meio Ambiente do Amazonas, Eduardo Taveira.

Texto adaptado do original gentilmente cedido pela comunicação da WCS Brasil.



Minuto BR





Ponte



No dia 27 de janeiro, um ano e quatro meses após a queda da ponte sobre o rio Curuçá, o **Dnit iniciou o processo de reconstrução da estrutura**, com a concretagem das estacas, blocos de fundação e construção de pilares. O início das obras da ponte do rio Autaz-Mirim não foi informado pelo órgão.

Pontes



O governo federal lançou uma licitação com Regime Diferenciado de Contratação (RDC) para **construir três pontes ao longo da BR-319**. De acordo com o edital 0638/2023-00, as estruturas serão sobre o Igarapé Santo Antônio (km 575,73), Igarapé Realidade (km 590,13) e Igarapé Fortaleza (km 601). Conforme as especificações, a primeira ponte terá 50 metros de extensão, a segunda 80 metros e a terceira 100 metros.

Mais pontes



O procurador da República Thiago Coelho Sachetto instaurou procedimentos administrativos para acompanhar as medidas adotadas para a construção definitiva das pontes sobre os rios Curuçá e Autaz-Mirim, e para o monitoramento das condições estruturais de todas as pontes localizadas na BR-319 no Amazonas. O MPF também vai acompanhar as medidas adotadas por entidades públicas e privadas para a melhoria da qualidade e eficiência dos serviços de travessia dos Rios Curuçá e Autaz-Mirim, até a construção das novas pontes.

Série



O portal amazonense Real Time 1 está publicando uma série de reportagens sobre a BR-319 produzidas pelo jornalista Gerson Severo Dantas. Além da cobertura das ações do GT-319, o veículo tem feito análises com base em acontecimentos históricos e, também, resgatado medidas adotadas por diversos órgãos em relação à rodovia.



Foto: Arquivo / Hicam

2º ENCONTRO ♀
03 DE FEVEREIRO

LEVANTE FEMININO
CONVIDAMOS VOCÊ PARA FAZER
PARTE DESSE GRANDE MOMENTO

VENHAM!!

REALIZAÇÃO: **R T E A**
APOIO: **A S A**
Instituto Aço Sul Amazonas

Dia: 03 de Fevereiro-2024
Horário: 08:00 h
Local: Auditório Castanheira-UFAM
(Próximo a Rodoviária)

Evento

A Reta promove em Humaitá, no dia 3 de fevereiro, mais um encontro do Levante Feminino de Combate à Extrema Pobreza. As agendas de atuação dos grupos de colaboração do evento estão divididas em: saúde; educação; renda e empreendedorismo; cultura, esporte e lazer; gênero e combate à violência; e fome. Para mais informações entrar em contato pelas redes sociais da Reta.



NESTA EDIÇÃO

Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Thiago Marinho (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Revisão // Fernanda Meirelles (Idesam)

Coordenação de Divulgação // Izabel Santos (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmiento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

FINANCIAMENTO:

GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO
BR-319



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam



IEB
INSTITUTO INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO DO BRASIL



**TRANSPARENCY
INTERNATIONAL**
the global coalition against corruption



GREENPEACE

